



ANO 14 • Novembro de 2015 • Número 78

visite www.postalis.org.br



FUNDOS DE PENSÃO GANHAM PRAZO MAIOR PARA EQUACIONAR DÉFICIT

Aprovadas duas importantes alterações nas normas que dispõem sobre os prazos e limites para equacionamento

Pág. 3

FORLUZ FAZ VISITA AO POSTALIS

Equipe do fundo de pensão da Cemig esteve em Brasília para conhecer o sistema eletrônico de votação *ELEJA* desenvolvido pelo Postalis.

Pág. 2



REAJUSTE NO SEGURO DE VIDA

Pág. 5

POSTALIS EM NÚMEROS 9/2015

Veja encarte nesta edição



PAINEL DO PARTICIPANTE

Nova ferramenta de comunicação traz mais governança e transparência no relacionamento com o participante.

Pág. 4

POSTALIS recebe recertificação ISO 9001:2008

Edição 78 • ANO 14 • Novembro, 2015

Editorial

Mais um ano de muito trabalho chega ao fim. O destaque ficou por conta do TAC, que suspendeu o equacionamento do déficit até 2016, e teve como objetivo dar mais tempo para que medidas fossem adotadas na busca por uma redução no valor do déficit e no percentual da contribuição extraordinária.

Quanto à governança, o Instituto seguiu focado em seu aprimoramento. Na área financeira, houve continuação no trabalho de reorganização das carteiras. O Comitê de Investimentos atuou com o apoio da Gerência de Riscos e foi implantado um novo sistema — eletrônico - de registro dos investimentos oferecidos ao Instituto.

Houve também mais transparência em relação às medidas adotadas pelos gestores. O Diretor Presidente do Instituto deu continuidade às palestras em DRs pelo Brasil (MG, PR e SP) e a Diretoria Executiva promoveu novas reuniões com as entidades representativas de participantes, na sede em Brasília.

Os órgãos máximos do Instituto, COD e COF, mudaram suas composições com a posse dos novos conselheiros, eleitos e indicados.

O ano também foi marcado pelo acordo firmado entre os participantes do Sindicato de Bauru e o Postalis, pelo Saldamento do plano BD.

Ao longo de todo o ano, o Postalis trabalhou em diversas frentes com o objetivo de reduzir o percentual de contribuição para equacionamento do déficit que deverá entrar em vigor a partir de abril do próximo ano.

Recentemente, foram aprovadas pelo CNPC mudanças na legislação que define prazos e limites para equacionamento do déficit. Enquanto isso, continuam em andamento as negociações com os Correios em relação à RTSA e, também, diversas ações judiciais em busca da recuperação dos recursos do plano.

Nesta edição, apresentamos uma síntese das mudanças na legislação, além de outros assuntos do Postalis.

Encerramos este exercício com a expectativa de obter sucesso em outras ações que possam trazer ganhos para o plano BD Saldado.

Boa leitura!

A Direção

Forluz estuda utilizar o *Eleja* em suas próximas eleições

Equipe do fundo de pensão da Cemig esteve em Brasilia para conhecer o sistema eletrônico de votação desenvolvido pelo Postalis

No dia 24 de setembro, uma equipe de colaboradores da Forluz (Fundação Forluminas de Seguridade Social), fundo de pensão da Companhia Energética de Minas Gerais — Cemig, visitou a sede do Postalis, em Brasília, com o intuito de conhecer de perto o sistema eletrônico de votação *Eleja*, criado e desenvolvido pela área de tecnologia do Instituto. A Forluz tem interesse em usar o sistema nas suas próximas eleições para conselheiros e diretores.

O *Eleja* é uma plataforma eletrônica de votação usada pelo Postalis nas eleições para conselheiros e, em breve, para diretores do Instituto. O sistema também foi usado, com sucesso, pelos Correios na última eleição para a escolha do representante dos empregados no Conselho de Administração da empresa.

Glauco Milhomem, Gerente de Tecnologia, apresentou o *Eleja* e todas as suas funcionalidades para os colegas da Forluz: Wederson Ferreira (Gerente de RH), Roseli Maciel (Gerente de Serviços Gerais) e Cristiano Gomes (Gerente de Tecnologia).

O Assessor de Comunicação do Postalis, Marco Aurélio Weyne, que coordenou a Comissão Eleitoral nas últimas eleições, também esteve presente e falou sobre algumas características do processo eleitoral do Postalis. "Mesmo estando bem redondo tecnicamente, o regulamento eleitoral obriga que o sistema seja auditado por um consultor externo, especializado em processos eletrônicos de votação. Ao final, o processo recebe um certificado", explicou o coordenador.

O que mais chamou a atenção dos visitantes no *Eleja* foi o **Votômetro**, dispositivo que mostra a quantidade de votos por região no decorrer do processo eleitoral (sem identificar os candidatos votados) e o **Palanque Virtual**, espaço digital onde os candidatos podem publicar fotos, currículo e plataforma de campanha. Isso faz com que candidatos e eleitores interajam com o sistema durante todo o processo eleitoral.

As próximas eleições para conselheiros e diretores da Forluz acontecerão em 2016 e 2018 respectivamente e esperamos ter o *Eleja* operando por lá.



Grupo se reúne para apresentação do sistema eletrônico de votação *Eleja*

Fundos de pensão ganham prazo maior para equacionar déficit

No dia 25 de novembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, o CNPC, duas importantes alterações nas normas que dispõem sobre os prazos e limites para equacionamento de déficit destinação de superávit: as Resoluções CGPC nº 18/2006 e nº 26/2008, respectivamente.

A partir da publicação oficial da nova redação da norma, a equipe do Postalis analisará o impacto das mudanças na elaboração do plano de equacionamento do déficit que deverá ser apresentado ao Conselho Deliberativo até o final de 2015.

As alterações aprovadas pelo CNPC são resultantes de um amplo debate que envolveu representantes de todo o segmento de Previdência Complementar e representam avanços importantes, pois permitirão que cada plano de previdência possa tratar o seu déficit de acordo com os seus compromissos e com a sua realidade.

Novos prazos

Com a modificação na Resolução CGPC nº 18/2006, o prazo máximo para equacionamento de déficit foi alongado em 50%. O prazo que antes deveria ser igual à duração do passivo do plano (*duration*), agora poderá se estender até 1,5 vezes a *duration* do passivo.

Limites

A alteração na Resolução CGPC nº 26/2008 é um pouco mais complexa. Ela estabelece um limite de déficit tolerável.



incorpora a *duration* do passivo à base para o cálculo desse limite e define que os planos terão que equacionar apenas a parcela do déficit que excedê-lo.

Com a nova regra, os limites para os desequilíbrios atuariais dos planos de previdência, ou seja, a diferença entre o patrimônio acumulado e o necessário ao plano para pagar os benefícios no futuro (provisão matemática), passarão a ser calculados levando em consideração o horizonte médio dos prazos de pagamento dos benefícios (duração do passivo do plano), descontados 4 anos.

Assim, o limite de déficit tolerável será o resultado da fórmula:

1% (*Duration* do passivo do plano – 4) x Provisão Matemática

O resultado dessa formula é o déficit que poderá ser mantido pela instituição sem necessidade de equacionamento. A parcela que ultrapassar o excedente deverá ser equacionada e não mais a totalidade do déficit como vinha sendo feito.

Como era antes

Antes dessa alteração aprovada pelo CNPC, os planos precisavam equacionar integralmente os déficits independentemente da necessidade imediata de se pagar benefícios ou não. Planos maduros, que já pagam um volume expressivo de benefícios, e planos jovens, cujos compromissos estão mais distantes no futuro, deveriam obedecer às mesmas regras: após o terceiro ano consecutivo

de resultados deficitários ou em caso de déficits superiores a 10% das provisões matemáticas, as entidades deveriam apresentar um plano de equacionamento até o final do exercício subsequente.

Como fica na prática

Na prática, a medida fará o tratamento dos déficits se adequar aos prazos de pagamento dos benefícios. Os planos que tiverem déficits mesmo que pequenos, mas estiverem perto de pagar seus benefícios, precisarão fazer os ajustes para se reequilibrar. Já os planos que, ainda que com déficits maiores, estiverem distantes do período de pagamento de benefícios terão mais tempo para fazer o ajuste.

"Muitas vezes, esses déficits, ou parte deles, são apenas conjunturais. Não vão interferir na capacidade do plano honrar seus compromissos no futuro, caso a conjuntura econômica mude. O que estamos fazendo é permitir que aqueles planos com *duration* maior — planos menos maduros e que vão pagar benefícios por um longo tempo ainda — possam equacionar esse déficit num prazo maior, sem precisar cobrar taxas extras dos participantes agora, talvez desnecessariamente", explicou o secretário de Políticas de Previdência Complementar do MTPS, Jaime Mariz.

As alterações terão vigência obrigatória a partir de 2016, mas existe a faculdade de aplicação já em 2015, abrangendo planos de equacionamento de resultados observados no fechamento de 2014.

Postalis lança o "Painel do Participante"

Inovadora ferramenta de comunicação traz mais governança e transparência no relacionamento com o participante

O Postalis foi um dos destaques do 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, ocorrido em Brasília, no mês de outubro, com o lançamento do "Painel do Participante", desenvolvido pela equipe de tecnologia do Instituto.

O Painel apresenta, de maneira muito simples, informações importantes que permitem ao participante fazer realmente a gestão de seu plano de benefícios. A ferramenta oferece em uma única página, em forma de gráficos, dados sobre o saldo de contas do participante, rentabilidade, contribuições feitas pela patrocinadora, dentre outras.

Por meio do painel, o participante também pode estabelecer estratégias para adequar o benefício futuro, simular novos valores de contribuições, verificar o impacto das contribuições no Imposto de Renda Anual, gerenciar empréstimos, atualizar dados cadastrais e acessar as Atas do Conselho Deliberativo.

Além de reorganizar as informações de interesse dos participantes, o Painel muda a forma de apresentação dos dados, pois conta em sua estrutura com funcionalidades de simulação ('simulação embarcada'), o que torna a navegação simples e otimizada.

"Governança e transparência com foco no participante é a verdadeira inovação que essa nova ferramenta propõe. Dela poderá derivar uma revolução cultural do mercado, apresentando uma quebra de paradigmas no segmento ao unir governança, transparência, informação e interação. No Painel do Participante, as informações serão dispostas quase que em tempo real. Com esse novo sistema nosso público vai ter mais uma forma inteligente e fácil de interagir com o Postalis, de acompanhar melhor a gestão e acessar produtos e serviços, além de decidir as estratégias de contribuição ao longo dos anos para construir seu be-



Lançamento do "Painel do Participantes" no 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

nefício no PostalPrev", diz Paulo de Sá, Diretor de Seguridade.

O Postalis pretende implantar o Painel até o final do ano. Outras inovações desenvolvidas pela equipe do Postalis têm repercutido positivamente em outros fundos de pensão, como é o caso do sistema eletrônico de votação "Eleja" (veja pág. 2), feito para as eleições dos dirigentes do Instituto, mas que também tem sido usado pelos Correios.

Foco no interesse do participante

"O Painel do Participante tem foco na governança de fora para dentro. Os participantes poderão acompanhar seus planos, além de definir metas para os seus próprios valores de contribuição. É uma ferramenta inédita no segmento, pois tem o conceito de 'uma tela - um clique', sem menus laterais, ou seja, simplificará muito a navegação do nosso participante". Afirmou Glauco Milhomem, Gerente de Tecnologia do Postalis.

Ineditismo chama atenção de outros fundos

Glauco conta que o sistema foi desenvolvido com programa livre (*open source*), ou seja, sem custos com licenciamentos de uso. "O destaque do trabalho foi a inteligência da equipe técnica do Postalis em reunir as informações consideradas de

maior interesse do participante em um só local, atualizadas constantemente, amparadas por simuladores e com uma apresentação e usabilidade bem simples", elogia o Diretor de Seguridade.

As apresentações no Congresso da ABRAPP foram feitas por Milhomem, no estande da ABRAPP. Gestores de outros fundos de pensão demonstraram interesse em conhecer melhor o Painel, dentre as quais Fernanda Correa e Natalia Montalba, da GEBSA PREV, fundo de pensão da empresa General Eletric, com sede em São Paulo. "Realmente, o Painel impressiona pela facilidade de acesso aos dados sobre o plano de benefícios e sua gestão", disse Fernanda, após uma das apresentações.

Em setembro, a equipe responsável pelo desenvolvimento do sistema apresentou o trabalho no 3º Encontro de Profissionais de TI, promovido pela Abrapp, a um grupo formado por técnicos do segmento de Previdência Complementar. Nesse evento, o Painel foi avaliado pelo público e recebeu 98% de considerações positivas. Na mesma pesquisa, 62% disseram não possuir uma ferramenta similar ao Painel e 38% declararam utilizar algo semelhante, porém, sem o conceito de 'simulação embarcada', reforçando assim o ineditismo da nova ferramenta eletrônica.



Pílula contra o câncer gera polêmica e Justiça veta distribuição

O câncer ganhou as manchetes recentemente com a divulgação de que o uso de doses de fosfoetanolamina sintética poderia combater a doença. A substância, que não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi estudada por Gilberto Chierice, professor aposentado do Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da Universidade de São Paulo (USP), e divide opiniões se pode ou não ser considerado um medicamento contra os diversos tipos de carcinoma.

A substância apresentada em forma de drágeas (daí ter recebido o apelido de "pílula do câncer") teria sido indicada pelo pesquisador para inibir a capacidade de multiplicação ou proliferação celular dos tumores. "O composto ainda não passou nem pela fase de testes em animais com a extensão que deveria ter. Não tem nenhum dado, em seres humanos, que comprove a segurança e muito menos a eficácia", explica Gustavo Fernandes, médico Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Nos primeiros dias de novembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou a suspensão do fornecimento da substância fosfoetanolamina, que vinha sendo liberada por decisões judiciais em instâncias inferiores, a portadores de câncer. A ação foi interposta pelo governo do estado contra a decisão que autorizava o fornecimento. O argumento do governo estadual é que, por não se tratar de medicamento, a substância tem efeitos desconhecidos nos seres humanos. Outra argumentação é que, não sendo medicamento, não possui registro perante a autoridade sanitária.

A droga, que é produzida por menos de R\$ 0,10, não tem sido indicada por médicos. "É importante frisar que todo tipo de tratamento pode ter três resultados: ser inócuo, trazer benefícios e trazer malefícios. Precisamos, pelo menos, de dados de segurança dessa substância", alerta Gustavo. "Se houvesse qualquer dado científico que dissesse que essa droga traria benefícios aos humanos, eu poderia considerar o uso. Mas não há nada na literatura sobre isso, então não posso recomendar. Posso dizer que vi alguns pacientes usarem e não tive percepção de benefício ou malefício, mas isso é uma percepção, não Ciência, então não valida nada", completa.

Ainda são necessárias várias etapas de estudo para comprovar se a pílula realmente tem alguma função no tratamento do câncer.

POSTALIS

Reajuste no seguro de vida

O Postalis informa que o prêmio do Seguro de Vida em Grupo foi corrigido em 19,98% a partir do dia 1º de outubro de 2015. O reajuste foi baseado em estudos atuariais que mostraram um aumento médio da idade dos segurados, indicando a necessidade de reajuste da taxa de seguro. O objetivo é manter o equilíbrio da apólice, conforme previsto nas normas vigentes.

Os valores dos prêmios do Seguro Funeral Familiar e do Seguro Funeral Agregados também foram reajustados para R\$ 3,97 (três reais e noventa e sete centavos) e R\$ 10,91 (dez reais e noventa e um centavos), respectivamente. As coberturas passam a vigorar conforme a tabela disponível no *site* do Postalis.

É importante que o segurado se certifique se os descontos foram realmente efetivados no contracheque de pagamento ou benefício, pois, muitas vezes, em razão da falta de margem para desconto, a cobrança não é realizada. Nesses casos, será emitido um boleto para pagamento e enviado à residência do segurado. A falta de pagamento implicará no cancelamento no Seguro.

Reiteramos a necessidade de manter os dados atualizados, sobretudo dos beneficiários do seguro, que devem ser indicados individualmente, em formulário próprio e protocolado no Núcleo Regional Postalis.

Esclarecimentos ou solicitação de serviços relacionados ao seguro poderão ser obtidos por meio do Fale Conosco em nosso *site* (www.postalis.org.br) ou nos Núcleos Regionais.

Diretoria promove 6^a reunião com entidades representativas de participantes

No dia 28/10, a Diretoria Executiva do Postalis recebeu dirigentes das entidades representativas dos participantes para a sexta edição de uma série de encontros que vêm acontecendo periodicamente desde 2014. Na pauta estavam a prestação de contas com relação ao Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, assinado com a Previc, bem como outras providências tomadas pelo Postalis em relação ao déficit do plano BD que deverá ser objeto de novo plano de equacionamento até o final deste ano.

Participaram do evento, representantes da AGACOR, ACEGO, FAACO, SINDECT, FINDECT, SCMM (Maria Maria), ADCAP, SINTECT/RS e ABRACO, além de colaboradores do Instituto das áreas de Comunicação, Ouvidoria, Planejamento, Qualidade, Tecnologia, Diretorias Financeira e de Seguridade.

Conquista, iniciou agradecendo a presença dos representantes das entidades, que segundo ele, "confere força de representação" para que as ações em curso possam ser debatidas com transparência e transmitidas com maior segurança aos demais participantes. Os presentes reconheceram a importância desses encontros, pois têm sido um canal direto para receber atualizações das ações que o Instituto tem adotado em relação ao TAC, ao equacionamento e ao Postalis de forma geral.

Dentre os compromissos firmados pelo Postalis no TAC está a manutenção da adoção de medidas judiciais e extrajudiciais para recuperação de ativos. Nesse contexto, o Diretor Financeiro, André Motta, falou sobre o processo contra o BNY Mellon, sobre a estratégia do Instituto em exigir do administrador soluções para os prejuízos causados ao Postalis e sobre a responsabilidade fiduciária, estipulada em contrato. "O Mellon assinou um contrato com o Postalis em que assume a responsabilidade direta sobre os prejuízos. Estamos atuando para que ele cumpra o que assinou", disse o diretor, acrescentando que o Postalis deverá entrar na Justiça com outras ações contra o administrador. "Agora, a CPI levou



6ª reunião reúne Diretoria Executiva do Postalis com entidades representativas de participantes



a questão para a Câmara, o que, acreditamos, reforçará a posição do Instituto em exigir providências mais efetivas", ressaltou Motta.

O representante da ADCAP Nacional, Luis Menezes, defendeu que o governo brasileiro acione o governo dos EUA para também pressionar o BNY Mellon a se posicionar sobre os prejuízos financeiros causados ao Postalis. "Sabemos que o Postalis está tomando suas providências. Reconheço o trabalho da Diretoria, mas é preciso mais (...) quem tem que agir agora é o governo brasileiro", disse o dirigente.

Outro tema abordado na reunião foi a intenção do Postalis de vender em leilão, no mercado financeiro, os ativos inadimplentes, ou seja, as dívidas já executadas judicialmente, mas que ainda não foram quitadas pelos devedores. André Motta explicou que o Instituto só tomará uma decisão definitiva sobre essa operação após análise de uma empresa de auditoria.

A Diretoria Executiva também abordou o tema da RTSA, colocou os participantes da reunião a par da ação judicial em curso, das tentativas de negociação com os Correios e o DEST, e reafirmou o compromisso de se manter empenhada em busca de um acordo.

As reuniões realizadas no Ministério das Comunicações, nos dias 7 e 27 de outubro, com o objetivo de apresentar estudos para alteração da Resolução CGPC 26/2008, propondo o alongamento do prazo para equacionamento dos déficits, bem como a permissão para que os planos de previdência possam carregar um determinado nível de déficit por um tempo mais longo (alteração do nível de solvência, que atualmente é de 100%) também foram abordadas durante o encontro.

Os representantes dos participantes, por sua vez, pediram que o Postalis se empenhasse em mantê-los informados sobre o andamento dos processos e das negociações.

Uma nova reunião deverá ocorrer no início de 2016, em data ainda a ser definida.

Universo Postalis conquista Selo ENEF

Programa de educação financeira e previdenciária do Postalis tem a sua atuação reconhecida

O programa de educação financeira e previdenciária do Postalis, o Universo Postalis, teve as suas iniciativas aprovadas pelo CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira para o recebimento do Selo ENEF.

O Selo ENEF faz parte da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, uma política de Estado de caráter permanente, que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. O ENEF foi criado em 2010, a exemplo do que acontece em outros países (saiba mais sobre o ENEF em www.vidaedinheiro.gov.br)

O objetivo do ENEF é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. Ao aprovar as iniciativas do Universo Postalis, o CONEF reconhece a importância do trabalho que vem sendo realizado pelo Instituto

na disseminação da educação financeira e previdenciária.

"O Selo ENEF coroa um importante trabalho do Instituto que é compartilhar conhecimento com seus participantes, colaborando para que as pessoas possam gerir financeiramente suas vidas com equilíbrio, tranquilidade e visão previdenciária", comenta o Diretor de Seguridade do Postalis, Paulo Sá.

O Universo Postalis foi implantado em 2009 e, desde então, os participantes do instituto têm se beneficiado com as ações do programa como publicações

sobre diversos temas na plataforma www.universo.postalis.org.br, palestras ministradas em várias regiões do Brasil, consultorias financeiras, bem como campanhas de conscientização sobre temas relacionados a finanças e previdência.

O Postalis celebra com entusiasmo esse reconhecimento e os resultados positivos que propiciou aos participantes, possibilitando uma melhor gestão das despesas domésticas, o consumo consciente e uma maior consciência sobre a importância da previdência complementar.



Postal Saúde: informações sobre descontos com despesas médicas

O Postalis esclarece que os descontos com despesas médicas na folha de pagamento dos assistidos ocorrem de acordo com as informações recebidas do Postal Saúde e respeitando a margem consignável. Aqueles que não apresentarem margem suficiente para o desconto deverão providenciar para que o pagamento seja feito por meio de boleto bancário.

É importante ressaltar que o Instituto não realiza o cálculo das coparticipações e nem emite boletos para pagamentos ao Postal Saúde.

Para esclarecimentos e informações adicionais, os participantes deverão entrar em contato com o Postal Saúde por meio do telefone 0800 888 8116 ou pelo *site*: www.postalsaude.com.br

Postalis informa: débito em conta no Banco do Brasil terá que ser confirmado

O Banco do Brasil implementou uma nova funcionalidade de confirmação de autorização de débito em conta. A partir de agora, os clientes que possuem contratado o serviço de informações pelo celular receberão mensagens para confirmação da autorização de débito.

Caso seja essa a sua opção de pagamento de compromissos com o Postalis, fique atento!

POSTALIS recebe recertificação ISO 9001:2008

Pela terceira vez consecutiva, após auditoria externa realizada no mês de outubro/2015, o Sistema de Gestão da Qualidade — SGQ implantado no Postalis, desde novembro de 2009, foi aprovado e recertificado na NBR ISO 9001:2008.

Para Rita de Cássia, Gerente da Qualidade, "O Sistema de Gestão ajuda a construir a estrutura necessária para otimizar o desempenho dos processos de trabalho, aumentar a satisfação dos participantes e a motivação dos colaboradores".

A empresa certificadora BSI Brasil Sistemas de Gestão Ltda, apresentou o relatório final da auditoria no dia 30/10/2015.



Educação financeira

Débito automático a favor do seu orçamento doméstico

Uma das lições básicas para quem deseja uma vida financeira mais tranquila é manter as contas em dia. Usar o débito automático é uma ótima alternativa para fazer esse controle. O recurso economiza o tempo de ida ao banco e até mesmo os minutos que seriam gastos para utilizar o internet banking. E o melhor: evita que você atrase o pagamento de uma conta. Basta fazer o cadastro junto ao banco e escolher as contas que podem ser debitadas automaticamente. Quando a data de vencimento cai num final de semana, o débito é feito no dia útil posterior ao vencimento.

Além da comodidade, algumas empresas oferecem descontos aos pagamentos realizados de forma automática. "Esses descontos geralmente são concedidos para quem paga por débito automático por alguns meses, geralmente entre três e seis meses. É um incentivo das empresas para que o consumidor faça o pagamento na data esperada e diminua o risco de inadimplência", explica o consultor de finanças Rogério Olegário. Contas de consumo como água, luz, telefone e internet podem ser agendadas, bem

como parcelas de impostos como IPVA e IPTU.

Uma atenção especial deve ser dada às contas do cartão de crédito. "As faturas do cartão de crédito, por seu potencial de gerar valores elevados e sempre variáveis, podem ser objeto de débito automático, mas somente utilize esse serviço se o limite do cartão ou valor da conta for baixo, impedindo surpresas desagradáveis", esclarece o consultor.

Mesmo com o cadastramento de débito automático, as faturas das contas ainda serão enviadas para o seu endereço ou e-mail, com a mesma antecedência das datas de vencimento. Com isso, você pode verificar sempre os valores a serem pagos, verificar se terá saldo suficiente nas datas dos vencimentos e depois comparar com os valores descontados em sua conta.

De qualquer forma, é importante planejar o seu orçamento e acompanhar o extrato bancário. Se não estiver satisfeito, lembre-se que o débito automático pode ser desativado a qualquer momento.

Expediente

Site: www.postalis.org.br E-mail: ass.comunicacao@ postalis.com.br End. SCS QD. 3 Bl. A nº 119 Ed.Postalis CEP 70300-903 - Brasília - DF Tel.: (61) 2102-6966

CONSELHO DELIBERATIVO

Areovaldo Alves de Figueiredo (Presidente) Máximo Joaquim Calvo Villar Junior Manoel dos Santos Oliveira Cantoara José Rivaldo da Silva Manoel Almeida Santana Sergio Mauricio Bleasby Rodrigues

CONSELHO FISCAL

Reginaldo Chaves de Alcantara (Presidente) Angelo Saraiva Donga Juliano Armstrong Arnosti Júlio Vicente Lopes

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Antonio Carlos Conquista
Diretor de Seguridade
Paulo Fernando Moura de Sá
Diretor Financeiro
André Luis Carvalho da Motta e Silva
Diretor Administrativo
Roberto Macedo de Siqueira Filho

Jornalista Responsável

Sérgio Cross - Reg. Prof . 2882/13/50/DF Mat. Sind. 3978

Produção

Assessoria de Comunicação do Postalis ass.comunicacao@postalis.com.br

Profissionais do Texto www.ptexto.com.br

Projeto Gráfico Jorge Verlindo e Cadu Peliceli

Diagramação
Profissionais do Texto

